



QUALIS
A2

VELHICE EM PERSPECTIVA: COMO O TEMPO FAZ E DESFAZ SENTIDOS SOBRE O ENVELHECER¹

OLD AGE IN PERSPECTIVE: HOW TIME MAKES AND UNDOES MEANING ABOUT AGING

Silvanis dos Reis Borges PEREIRA
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)
E-mail: silvanisborges1971@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4580-5681>

Jocyléia Santana dos SANTOS
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: jocyleiasantana@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2335-121X>

Neila Barbosa OSÓRIO
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: neilaosorio@mail.uft.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6346-0288>

RESUMO

O envelhecimento é um processo biológico inerente à vida, mas os sentidos atribuídos à velhice variam historicamente conforme valores culturais, arranjos sociais, econômicos e políticos. Este artigo analisa a construção histórica e sociocultural da velhice, evidenciando como diferentes sociedades produziram representações ambíguas sobre o envelhecer, ora associadas à sabedoria e ao prestígio, ora à fragilidade, à dependência e à exclusão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em uma revisão narrativa de autores clássicos e contemporâneos do campo do envelhecimento, articulada a documentos normativos nacionais e internacionais. A análise organiza-se a partir da articulação entre tempo biológico, tempo social e tempo narrativo, permitindo compreender a velhice como categoria histórica e relacional. Os resultados indicam que não existe uma única forma de envelhecer, mas múltiplas velhices atravessadas por gênero, classe, raça e acesso a direitos. Conclui-se que o principal desafio contemporâneo não é apenas ampliar a longevidade, mas assegurar dignidade, reconhecimento social e cidadania às pessoas idosas.

¹ COMO CITAR (ABNT): PEREIRA, S. R. B.; SANTOS, J. S.; OSÓRIO, N. B. Velhice em Perspectiva: Como o Tempo faz e Desfaz Sentidos sobre o Envelhecer. **JNT Facit Business and Technology Journal**. Qualis A2. ISSN: 2526-4281, Mês de Fevereiro de 2026 - Ed. 71. VOL. 01. Págs. 242-258. Disponível: <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. Acesso em: __/__/__.

ABSTRACT

Aging is a biological process inherent to life; however, the meanings attributed to old age vary historically according to cultural values and social, economic, and political arrangements. This article analyzes the historical and sociocultural construction of old age, highlighting how different societies have produced ambivalent representations of aging, at times associated with wisdom and prestige, and at others with fragility, dependence, and exclusion. This is a qualitative study of a bibliographic and documentary nature, grounded in a narrative review of classical and contemporary authors in the field of aging, articulated with national and international normative documents. The analysis is organized through the articulation of biological time, social time, and narrative time, allowing old age to be understood as a historical and relational category. The findings indicate that there is no single way of aging, but rather multiple forms of old age shaped by gender, class, race, and access to rights. It is concluded that the main contemporary challenge is not only to extend longevity, but to ensure dignity, social recognition, and citizenship for older persons.

Keywords: Aging. Old Age. Historical Time. Culture. Social Rights.

INTRODUÇÃO

A velhice, embora corresponda a uma etapa natural do curso da vida, não se constitui como uma experiência homogênea ou universal. Seu significado é socialmente produzido e historicamente situado, variando conforme valores culturais, formas de organização do trabalho, regimes de tempo e expectativas sociais atribuídas às diferentes idades. Como afirma Bosi (1994), a velhice pode ser compreendida como uma categoria social, construída nas relações entre indivíduos, instituições e discursos.

Na contemporaneidade, o envelhecimento tornou-se um tema central no debate público, em razão do aumento da expectativa de vida e do crescimento da população idosa em escala global. Organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecem o envelhecimento populacional como um dos principais desafios do século XXI destacando a necessidade de enfrentar desigualdades, preconceitos etários e fragilidades nos sistemas de proteção social.

Partindo do pressuposto de que envelhecer é um processo biológico inevitável, mas que a velhice é uma construção histórica e cultural, este artigo tem como objetivo analisar como os sentidos atribuídos ao envelhecer se transformaram ao longo do tempo. Busca-se compreender de que maneira diferentes contextos sociais produziram representações ambíguas da velhice, oscilando entre valorização simbólica e exclusão social, e como essas representações influenciam as experiências contemporâneas de envelhecer.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em uma revisão narrativa de obras clássicas e contemporâneas que discutem envelhecimento, velhice, tempo histórico e direitos sociais. Foram mobilizados autores das áreas da História, Sociologia, Antropologia e Saúde Coletiva, bem como documentos normativos nacionais e internacionais voltados à proteção da pessoa idosa.

A análise adotou uma perspectiva histórico-sociocultural, organizando os dados a partir da articulação entre tempo biológico, tempo social e tempo narrativo. Essa abordagem permitiu compreender como diferentes sociedades estruturaram o curso da vida e atribuíram sentidos específicos à velhice, evidenciando continuidades, rupturas e disputas simbólicas em torno do envelhecer.

Tempo, Envelhecimento e Construção Social da Velhice

Envelhecer implica transformações corporais inevitáveis, mas reduzir a velhice a um fenômeno exclusivamente biológico limita a compreensão de sua complexidade. Conforme destacam Siqueira, Botelho e Coelho (2002), os discursos sobre o envelhecimento podem ser organizados em diferentes enfoques, sendo a perspectiva sociocultural central para entender a velhice como construção social.

Autores como Elias (1998) demonstram que o tempo não é uma realidade natural dada, mas um símbolo social construído historicamente para ordenar a vida coletiva. As sociedades modernas instituíram calendários, relógios e idades normativas que passaram a definir quando se deve estudar, trabalhar, aposentar-se e, implicitamente, quando se é considerado velho. Assim, a velhice emerge não apenas como resultado do envelhecimento biológico, mas como efeito de convenções sociais que classificam sujeitos e organizam expectativas.

Nesse processo, o envelhecimento passa a ser vivido sob a tensão entre o tempo biológico — marcado por transformações corporais, e o tempo social, que

impõe limites, papéis e hierarquias. Como observa Koselleck (2006), a modernidade intensificou a experiência da aceleração temporal, produzindo uma distância crescente entre passado e presente. Para as pessoas idosas, essa aceleração pode significar deslocamento simbólico, uma vez que suas referências de mundo nem sempre acompanham a rapidez das mudanças tecnológicas, culturais e sociais.

Além disso, o tempo subjetivo e narrativo, conforme propõe Ricoeur (2010), desempenha papel central na experiência da velhice. É na narrativa que o sujeito atribui sentido ao percurso vivido, reorganiza memórias e constrói continuidade entre o que foi, o que é e o que ainda se projeta. A velhice, portanto, pode ser compreendida como um momento privilegiado de elaboração narrativa da vida, desde que a sociedade reconheça a legitimidade da voz das pessoas idosas.

Nessa perspectiva, o tempo não é apenas uma dimensão cronológica, mas um elemento simbólico e socialmente produzido. Elias (1998) argumenta que o tempo é resultado de convenções históricas que regulam o curso da vida, estabelecendo idades normativas para estudar, trabalhar e se aposentar. Assim, a passagem para a velhice ocorre dentro de expectativas sociais que moldam identidades, papéis e reconhecimentos.

Koselleck (2006) acrescenta que as sociedades contemporâneas vivenciam múltiplas temporalidades, marcadas pela aceleração e pela coexistência de diferentes experiências históricas. Para as pessoas idosas, isso significa habitar um presente atravessado por transformações tecnológicas e culturais, ao mesmo tempo em que carregam memórias e referências de outros tempos. A velhice torna-se, assim, um espaço de encontro entre passado, presente e expectativa de futuro.

Velhice como Categoria Política, Administrativa e Estatística

Um aspecto fundamental na compreensão contemporânea da velhice, presente de forma transversal neste estudo, refere-se à sua constituição como **categoria política e administrativa**. A velhice não é apenas uma etapa do ciclo vital reconhecida biologicamente, mas também uma classificação produzida por políticas públicas, sistemas estatísticos e dispositivos estatais que organizam a população por faixas etárias. Ao definir quem é considerado pessoa idosa, o Estado produz efeitos concretos sobre acesso a direitos, benefícios, serviços e formas de controle social.

Nesse sentido, a idade cronológica funciona como um critério administrativo que homogeneíza experiências profundamente desiguais. Como observa Debert (1999), a institucionalização da velhice como categoria de intervenção pública transforma o envelhecer em objeto de políticas, saberes técnicos e práticas de gestão.

Essa transformação é ambígua: ao mesmo tempo em que amplia direitos e visibilidade, também produz enquadramentos normativos sobre como envelhecer “corretamente”.

A produção estatística da velhice, por meio de censos, indicadores demográficos e projeções populacionais, contribui para consolidar uma imagem da pessoa idosa como grupo social homogêneo, frequentemente associado ao aumento de custos, à dependência e à pressão sobre os sistemas de saúde e previdência. Essa leitura tecnocrática tende a obscurecer as múltiplas trajetórias de vida que atravessam o envelhecimento, reduzindo sujeitos a números e categorias abstratas.

Assim, a velhice passa a existir não apenas como experiência vivida, mas como **problema público**, administrado por políticas de proteção social, saúde, assistência e previdência. Essa dimensão política da velhice reforça a necessidade de compreender o envelhecer para além do corpo, situando-o no campo das disputas por reconhecimento, recursos e direitos.

Velhice, Geração e Curso de Vida

A compreensão da velhice como construção histórica exige considerar o conceito de **geração**, entendido não apenas como recorte etário, mas como experiência social compartilhada. Conforme Motta (2010), gerações são formadas por sujeitos que vivenciam determinados acontecimentos históricos em fases semelhantes do curso da vida, o que produz marcas comuns nas formas de perceber o mundo, o trabalho, a política e as relações sociais.

Nesse sentido, envelhecer não significa apenas avançar em idade, mas carregar consigo experiências geracionais específicas. Pessoas idosas de hoje atravessaram processos históricos distintos, como industrialização, ditaduras, redemocratização, transformações no mundo do trabalho e avanços tecnológicos acelerados. Essas experiências moldam expectativas, valores e modos de envelhecer, evidenciando que a velhice é atravessada por temporalidades sociais e históricas.

A perspectiva do curso de vida permite compreender que o envelhecimento resulta de trajetórias acumuladas, e não de uma ruptura súbita. Desigualdades vividas na infância, na juventude e na vida adulta tendem a se prolongar e, muitas vezes, a se intensificar na velhice. Assim, o envelhecer reflete a história social do indivíduo, suas oportunidades, privações e redes de apoio construídas ao longo do tempo.

Essa leitura reforça a ideia de que políticas públicas voltadas à velhice não podem ser pensadas apenas para o final da vida. Elas precisam considerar todo o

curso de vida, reconhecendo que envelhecer com dignidade depende de condições estruturais construídas muito antes da chegada à idade avançada.

Trabalho, Aposentadoria e Valor Social

Um eixo central, presente de forma implícita no texto, refere-se à relação entre velhice e trabalho. Nas sociedades modernas, o trabalho assalariado tornou-se principal critério de reconhecimento social, organizando o tempo, a identidade e o valor dos indivíduos (Thompson, 1967). Nesse modelo, a aposentadoria marca simbolicamente a passagem para a velhice, sendo frequentemente interpretada como retirada da vida produtiva.

Essa associação entre valor social e produtividade contribui para a desvalorização da pessoa idosa, especialmente quando o envelhecer é lido como incapacidade ou improdutividade. Contudo, pesquisas mostram que muitas pessoas idosas continuam exercendo atividades produtivas, seja no mercado formal ou informal, seja no apoio à família e na economia do cuidado (Camarano, 2000).

A aposentadoria, portanto, não significa necessariamente inatividade, mas uma reconfiguração do trabalho e do tempo. No entanto, quando associada à perda de status e renda insuficiente, pode ampliar vulnerabilidades e reforçar estigmas. Assim, o debate sobre velhice e trabalho revela tensões entre reconhecimento, autonomia e proteção social.

Nesse contexto, discutir envelhecimento implica questionar modelos econômicos que associam dignidade exclusivamente à produtividade, abrindo espaço para reconhecer outras formas de contribuição social exercidas pelas pessoas idosas, como cuidado, transmissão de saberes, participação comunitária e apoio intergeracional.

Memória, Narrativa e Envelhecimento

Outro eixo analítico presente no texto refere-se à relação entre velhice e memória social. Como destaca Bosi (1994), a velhice ocupa um lugar singular na produção e transmissão de memórias, uma vez que os sujeitos idosos carregam experiências que atravessam diferentes tempos históricos. A memória, nesse contexto, não se limita à recordação individual, mas constitui um patrimônio coletivo, capaz de conectar gerações e produzir sentidos sobre o passado.

Entretanto, o valor social atribuído à memória dos idosos depende diretamente do lugar que a sociedade reserva à velhice. Quando os mais velhos são vistos como sujeitos ultrapassados ou improdutivos, suas narrativas tendem a ser

deslegitimadas, tratadas como lembranças irrelevantes ou meras nostalgias. Por outro lado, quando reconhecidos como portadores de saberes, suas histórias ganham estatuto de experiência social significativa.

A disputa em torno da memória revela, portanto, uma disputa mais ampla em torno do próprio sentido da velhice. Valorizar a memória dos idosos implica reconhecer sua autoridade simbólica e sua capacidade de interpretar o mundo. Ignorá-la significa reforçar processos de silenciamento e exclusão. Nesse sentido, a velhice se torna um campo de tensão entre esquecimento e reconhecimento, entre apagamento e transmissão.

A dimensão narrativa do envelhecimento, conforme discutida por Ricoeur (2010), reforça essa análise ao mostrar que a construção de sentido sobre o tempo vivido depende da possibilidade de narrar a própria história. Assim, garantir espaço social para a voz das pessoas idosas é também uma forma de enfrentar o ageísmo e afirmar a velhice como tempo legítimo de produção de sentido.

A Velhice ao Longo da História

Ao longo da história, o lugar social da velhice foi marcado por profundas ambivalências. Em sociedades tradicionais, a longevidade podia representar distinção simbólica, associada à experiência acumulada, à memória coletiva e à autoridade moral. Os mais velhos frequentemente ocupavam posições centrais na transmissão de saberes, na mediação de conflitos e na preservação de tradições culturais.

Entretanto, esse reconhecimento não eliminava a vulnerabilidade associada ao envelhecimento corporal. Em contextos de escassez material, doenças e instabilidade, a velhice também podia ser percebida como fardo, sobretudo quando o indivíduo deixava de contribuir para a subsistência do grupo. Essa ambiguidade, entre respeito e exclusão, atravessa diferentes formações sociais.

Na Antiguidade greco-romana, conforme analisado por Beauvoir (1990) e Minois (1989), os discursos sobre a velhice oscilaram entre elogios à prudência e críticas severas à perda da força física, da beleza e da utilidade social. Enquanto alguns filósofos viam o envelhecer como tempo de maior equilíbrio e sabedoria, outros associavam a velhice ao declínio e à marginalidade, especialmente em sociedades que exaltavam a juventude, a guerra e a produtividade.

Durante a Idade Média, a velhice e a morte eram vividas de modo mais integrado ao cotidiano comunitário, fortemente atravessadas por representações religiosas (Ariès, 2003). O envelhecer não estava necessariamente separado do

convívio social, embora diferenças de classe e gênero definissem experiências muito distintas. Com a modernidade, esse cenário se transforma profundamente.

A partir dos séculos XVIII e XIX, processos de industrialização, medicalização e institucionalização deslocaram a velhice do espaço doméstico e comunitário para instituições especializadas. O envelhecer passou a ser gerido por saberes técnicos e dispositivos de controle, reforçando leituras que associam velhice à dependência, à doença e à retirada da vida social ativa (Elias, 2001; Foucault, 2011).

Com a modernidade, especialmente a partir do século XIX, a organização do tempo passou a ser fortemente regulada pela lógica do trabalho assalariado e da produtividade (Thompson, 1967). Nesse contexto, a velhice foi progressivamente associada à retirada da vida ativa, reforçando estigmas de dependência e improdutividade. Paralelamente, processos de medicalização e institucionalização deslocaram o envelhecer do espaço doméstico e comunitário para instituições especializadas, contribuindo para a invisibilização social das pessoas idosas (Ariès, 2003; Elias, 2001).

Antiguidade e Sociedades Tradicionais

Nas sociedades da Antiguidade e em formações sociais tradicionais, o lugar social da velhice foi marcado por ambivalências profundas, oscilando entre reconhecimento simbólico e vulnerabilidade material. Em contextos nos quais a experiência acumulada, a memória coletiva e a transmissão oral de saberes desempenhavam papel central, a velhice podia representar distinção e autoridade. Os mais velhos eram frequentemente reconhecidos como guardiões da tradição, mediadores de conflitos e detentores de conhecimentos considerados fundamentais para a coesão do grupo social.

Entretanto, esse reconhecimento não era universal nem homogêneo. Conforme analisa Beauvoir (1990), mesmo nas sociedades antigas, a velhice podia ser associada à decadência física, à perda da força e à diminuição da utilidade social, especialmente em contextos marcados pela valorização da guerra, da virilidade e da produtividade corporal. Na Grécia Antiga, por exemplo, discursos filosóficos e literários revelam posições contrastantes: enquanto alguns autores exaltavam a prudência e a sabedoria dos velhos, outros enfatizavam a fragilidade, a dependência e a proximidade da morte.

Minois (1989) demonstra que essas representações ambíguas atravessaram diferentes civilizações antigas, nas quais a velhice podia ser simultaneamente respeitada e temida. Em sociedades fortemente hierarquizadas, o reconhecimento

dos idosos estava frequentemente condicionado à posição social ocupada ao longo da vida, ao gênero e à capacidade de manter autoridade econômica ou política. Assim, o prestígio da velhice não decorria apenas da idade, mas de trajetórias específicas e do lugar ocupado no interior da estrutura social.

Nas sociedades tradicionais, organizadas em torno de laços comunitários e familiares mais estreitos, o envelhecimento tendia a ocorrer no interior do grupo doméstico, sem separação rígida entre gerações. A velhice era vivida como continuidade da vida social, ainda que marcada por limitações físicas. No entanto, em contextos de escassez, crises alimentares ou instabilidade, os idosos podiam tornar-se especialmente vulneráveis, revelando que o reconhecimento simbólico não eliminava riscos materiais e sociais.

Dessa forma, a análise da Antiguidade e das sociedades tradicionais evidencia que a velhice nunca ocupou um lugar fixo ou unívoco. Desde esses contextos históricos, o envelhecer já se configurava como experiência atravessada por disputas simbólicas, desigualdades sociais e tensões entre valorização moral e fragilidade corporal, elementos que permanecem, sob novas formas, nas sociedades contemporâneas.

Idade Média e Modernidade

Durante a Idade Média, a experiência da velhice esteve profundamente articulada às concepções religiosas e comunitárias que organizavam a vida social. Conforme analisa Ariès (2003), o envelhecer e a morte eram vividos de forma mais integrada ao cotidiano, sem a separação rígida que a modernidade viria a instituir. A velhice não era necessariamente apartada do convívio social, e o curso da vida não era organizado por etapas cronológicas tão delimitadas como nas sociedades modernas.

Nesse período, a idade avançada podia ser associada tanto à sabedoria espiritual quanto à proximidade da morte, frequentemente interpretada à luz da moral cristã. A velhice era, em muitos casos, compreendida como tempo de preparação para a morte, de recolhimento e de maior dedicação à vida religiosa. Contudo, como em períodos anteriores, essa representação não eliminava desigualdades: classe social, gênero e condições materiais definiam experiências muito distintas de envelhecer.

A transição para a modernidade marca uma ruptura significativa na forma como a velhice passa a ser concebida e vivida. A partir dos séculos XVIII e XIX, processos de industrialização, urbanização e consolidação do Estado moderno

transformaram profundamente a organização do tempo, do trabalho e da vida social. Conforme Elias (1998), a modernidade instituiu uma disciplina temporal rigorosa, baseada em calendários, relógios e idades normativas, que passaram a ordenar o curso da vida de forma linear e segmentada.

Nesse novo regime temporal, a vida passou a ser organizada em etapas socialmente reconhecidas, formação, trabalho e aposentadoria, e a velhice foi progressivamente associada à retirada da vida produtiva. Como observa Thompson (1967), a centralidade do trabalho assalariado redefiniu o valor social dos indivíduos, vinculando reconhecimento à produtividade e à eficiência. Nesse contexto, a velhice tende a ser percebida como fase de declínio, improdutividade e dependência.

Paralelamente, a modernidade intensificou processos de medicalização e institucionalização do envelhecimento. O corpo velho passou a ser objeto privilegiado de saberes médicos, jurídicos e assistenciais, deslocando o cuidado do espaço doméstico e comunitário para instituições especializadas (Elias, 2001; Foucault, 2011). Essa transformação contribuiu para a construção da velhice como problema social e objeto de intervenção técnica, reforçando sua condição de categoria administrada.

Assim, a passagem da Idade Média à modernidade não apenas redefiniu o lugar da velhice, mas produziu novas formas de exclusão simbólica e material. Ao separar o envelhecer da vida produtiva e comunitária, a modernidade contribuiu para a marginalização social das pessoas idosas, ao mesmo tempo em que criou as bases para o surgimento de políticas públicas e dispositivos de proteção que, mais tarde, dariam origem ao reconhecimento da velhice como questão de direitos.

Institucionalização da Velhice, Cuidado e Biopolítica

A institucionalização da velhice, discutida ao longo do artigo a partir de Ariès (2003), Elias (2001) e Foucault (2011), pode ser aprofundada à luz da noção de biopolítica. A partir da modernidade, o envelhecimento passa a ser regulado por dispositivos que visam administrar corpos considerados frágeis, improdutivos ou dependentes, transferindo o cuidado do espaço doméstico para instituições especializadas.

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) constituem um exemplo emblemático desse processo. Embora desempenhem papel relevante na garantia de cuidado em contextos de ausência familiar ou extrema vulnerabilidade, também expressam uma lógica de segregação etária, na qual a velhice é afastada do convívio social cotidiano. Como observam Camarano e Kanso (2010), a

institucionalização muitas vezes surge como solução para desigualdades acumuladas ao longo da vida.

Sob a perspectiva foucaultiana, o cuidado institucionalizado pode ser compreendido como parte de uma racionalidade biopolítica que classifica, normaliza e intervém sobre corpos envelhecidos. A velhice, nesse contexto, torna-se objeto de saber médico, social e jurídico, reforçando sua condição de objeto de intervenção, e não de sujeito de direitos.

Esse processo revela uma tensão central: ao mesmo tempo em que o cuidado é necessário, sua institucionalização excessiva pode produzir isolamento, perda de autonomia e invisibilidade social. Assim, discutir velhice e cuidado implica questionar os modelos vigentes de proteção social e pensar alternativas que valorizem a convivência intergeracional, a autonomia e o pertencimento comunitário.

Velhice, Desigualdades e Direitos na Contemporaneidade

No século XX, o aumento da longevidade e o envelhecimento populacional intensificaram o debate sobre a velhice como questão social e política. Ao mesmo tempo em que surgiram discursos mais positivos, associados à chamada “terceira idade” e ao envelhecimento ativo, persistiram representações que vinculam a velhice à dependência e ao peso social (Debert, 1999).

As experiências de envelhecer, entretanto, não são homogêneas. Gênero, classe social, raça e trajetória de vida produzem desigualdades profundas no modo como as pessoas chegam à velhice. A perspectiva da interseccionalidade evidencia que mulheres idosas, especialmente aquelas marcadas por desigualdades acumuladas ao longo da vida, enfrentam múltiplas formas de discriminação, combinando ageísmo e sexismo (Crenshaw, 1991; Salgado, 2002).

No campo jurídico, observa-se um avanço significativo no reconhecimento da velhice como direito. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa afirmam a responsabilidade do Estado, da sociedade e da família na garantia de proteção, participação e dignidade às pessoas idosas. Em consonância, a agenda internacional da Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030) reforça a necessidade de combater o preconceito etário e reorganizar políticas públicas para uma sociedade que envelhece.

Envelhecimento, Produtividade e a Invenção da “Terceira Idade”

Consolidação do trabalho assalariado e da lógica produtivista redefiniu profundamente o valor social atribuído às idades. Conforme Thompson (1967), o

tempo passou a ser disciplinado e convertido em recurso econômico, e a vida foi progressivamente organizada em etapas socialmente reconhecidas: formação, trabalho e retirada.

Nesse modelo, a velhice tende a ser associada à perda de valor social, uma vez que a produtividade permanece como critério central de reconhecimento. Ao longo do século XX, contudo, o aumento da longevidade e a ampliação dos sistemas de aposentadoria favoreceram o surgimento de novas representações, especialmente a noção de “terceira idade”.

Debert (1999) demonstra que a terceira idade não corresponde apenas a uma fase cronológica, mas a uma construção social que associa envelhecimento à atividade, ao consumo, ao lazer e à autonomia. Universidades abertas, programas de turismo, academias e cursos voltados às pessoas idosas passaram a produzir uma imagem positiva do envelhecer.

Todavia, essa narrativa convive com contradições. Ao valorizar o envelhecimento ativo, corre-se o risco de invisibilizar aqueles que envelhecem com fragilidades, doenças ou dependências. Assim, a terceira idade pode funcionar tanto como estratégia de inclusão quanto como novo mecanismo de exclusão simbólica, ao impor padrões normativos de envelhecer bem-sucedido.

Idadismo como Dispositivo Cultural e Histórico

O idadismo, ou preconceito etário, emerge no texto como um elemento estruturante das representações negativas da velhice. Longe de ser apenas uma atitude individual, o idadismo constitui um dispositivo cultural e histórico, que organiza hierarquias entre idades e legitima desigualdades. Ao associar valor social à juventude, produtividade e autonomia, a sociedade contemporânea tende a desqualificar corpos envelhecidos.

Esse preconceito se manifesta em práticas cotidianas, discursos midiáticos, relações de trabalho e políticas públicas. Conforme destaca a Organização Mundial da Saúde (2021), o idadismo afeta diretamente a saúde, a autoestima e a participação social das pessoas idosas, reforçando processos de exclusão simbólica e material.

Além disso, o idadismo se articula a outros marcadores sociais, como gênero e classe, produzindo efeitos diferenciados. Mulheres idosas, por exemplo, enfrentam uma forma agravada de discriminação, pois envelhecer significa também perder valor em uma cultura que associa feminilidade à juventude e à aparência (Sontag, 1972; Twigg, 2013).

Reconhecer o idadismo como construção social permite deslocar o debate da esfera moral para o campo político, evidenciando a necessidade de enfrentá-lo por meio de políticas públicas, educação intergeracional e transformação das representações sociais sobre a velhice.

Velhice, Gênero e Desigualdades Sociais

As experiências de envelhecer são profundamente atravessadas por desigualdades estruturais. A perspectiva da interseccionalidade, proposta por Crenshaw (1991), permite compreender como gênero, classe, raça e trajetória de vida se articulam na produção de vulnerabilidades específicas na velhice.

No caso das mulheres, o envelhecimento tende a ser marcado por dupla desvalorização: por serem mulheres e por serem velhas. Como aponta Salgado (2002), a feminização da velhice revela não apenas maior longevidade feminina, mas também maior exposição a precariedades econômicas, solidão e discriminação simbólica.

A cultura contemporânea, fortemente orientada por ideais de juventude e aparência, reforça o silenciamento das mulheres idosas, regulando corpos, desejos e formas de participação social (Sontag, 1972; Twigg, 2013). Assim, o envelhecer feminino evidencia como desigualdades acumuladas ao longo da vida tendem a se intensificar na velhice.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidencia que a velhice é uma construção histórica atravessada por disputas simbólicas, desigualdades sociais e transformações nas formas de organização do tempo e do trabalho. Os resultados indicam que envelhecer não pode ser compreendido fora das trajetórias de vida e das condições estruturais que moldam oportunidades, proteções e vulnerabilidades.

Outro resultado central é a persistência da tensão entre o ideal do envelhecimento ativo e a invisibilização da fragilidade. Embora discursos contemporâneos valorizem a autonomia e a participação, esses modelos podem gerar novas formas de exclusão quando desconsideram as múltiplas realidades do envelhecer.

Por fim, destaca-se que o reconhecimento jurídico da velhice como direito representa um avanço importante, mas ainda insuficiente. A efetivação desses direitos depende da transformação das representações sociais e da construção de

políticas públicas capazes de enfrentar desigualdades estruturais e promover inclusão real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido neste artigo permite afirmar que envelhecer é um processo inevitável do ponto de vista biológico, mas ser velho constitui-se como uma condição social, histórica e culturalmente produzida. Ao longo da história, a velhice foi atravessada por representações ambíguas, ora associadas à sabedoria, à experiência e à autoridade moral, ora vinculadas à fragilidade, à dependência e à exclusão. Essa ambivalência não pertence apenas ao passado, mas permanece ativa nas sociedades contemporâneas, configurando tensões que atravessam políticas públicas, discursos institucionais e práticas cotidianas.

A análise evidenciou que os sentidos atribuídos à velhice são profundamente condicionados pela forma como cada sociedade organiza o tempo, o trabalho e o curso da vida. A modernidade, ao disciplinar o tempo por meio da lógica produtivista, associou valor social à capacidade de trabalho e produtividade, o que contribuiu para a desvalorização simbólica da velhice, sobretudo quando esta passou a ser identificada com a aposentadoria e a retirada da vida ativa. Ainda que novas narrativas tenham emergido, como a da “terceira idade” e do envelhecimento ativo, essas representações convivem com estigmas persistentes que associam o envelhecer à inutilidade e ao peso social.

Os resultados também demonstram que a velhice não pode ser compreendida como uma experiência homogênea. As trajetórias de envelhecimento são marcadas por desigualdades acumuladas ao longo do curso de vida, relacionadas a gênero, classe social, raça, inserção no mundo do trabalho e acesso a direitos. A perspectiva da interseccionalidade mostrou-se fundamental para compreender como essas desigualdades se combinam e produzem formas diferenciadas de vulnerabilidade na velhice, atingindo de maneira mais intensa mulheres idosas e grupos historicamente marginalizados.

No que se refere ao gênero, o estudo evidenciou que o envelhecimento feminino é atravessado por dupla desvalorização: por ser mulher e por ser velha. Em uma cultura que associa valor social à juventude, à aparência e à performance, mulheres idosas tendem a ser mais silenciadas, controladas e invisibilizadas. Essa dinâmica revela que o envelhecer, longe de ser apenas uma questão biológica, é profundamente atravessado por normas culturais e relações de poder que regulam corpos, desejos e formas de participação social.

Outro aspecto central refere-se à institucionalização da velhice e à gestão do cuidado. A modernidade deslocou o envelhecer do espaço doméstico e comunitário para instituições especializadas, reforçando uma leitura técnica e medicalizada da velhice. Embora o cuidado institucional seja, em muitos casos, necessário, sua centralidade revela limites das políticas sociais e pode produzir isolamento, perda de autonomia e ruptura de vínculos sociais. Nesse sentido, discutir velhice implica repensar modelos de cuidado, fortalecendo alternativas comunitárias, intergeracionais e baseadas em direitos.

No campo da memória e da narrativa, o artigo destacou que a velhice ocupa um lugar estratégico na produção de sentidos sobre o tempo vivido. As narrativas das pessoas idosas constituem patrimônio social e histórico, conectando passado, presente e futuro. No entanto, o reconhecimento dessas narrativas depende do lugar que a sociedade reserva à velhice. Valorizar a memória dos mais velhos significa reconhecer sua condição de sujeitos históricos e produtores de sentido; silenciá-la reforça processos de exclusão simbólica.

Por fim, o estudo evidenciou avanços significativos no reconhecimento da velhice como questão de direitos, tanto no plano nacional quanto internacional. A Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso, o Estatuto da Pessoa Idosa e a agenda da Década do Envelhecimento Saudável afirmam a responsabilidade coletiva na garantia de dignidade, participação e proteção social. Contudo, a distância entre o reconhecimento legal e a efetivação concreta desses direitos permanece um desafio central.

Conclui-se, portanto, que o principal desafio contemporâneo não se limita a ampliar a longevidade, mas a construir uma sociedade capaz de reconhecer a pluralidade das velhices, combater o idadismo e enfrentar desigualdades estruturais que atravessam o envelhecer. Garantir dignidade às pessoas idosas exige não apenas políticas específicas, mas uma revisão profunda das formas como o tempo, o trabalho, o cuidado e o valor social são organizados. Envelhecer com dignidade não deve ser privilégio de poucos, mas direito efetivo de todos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente:** da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em: 03 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110741.htm. Acesso em: 03 mar. 2026.

CAMARANO, Ana Amélia. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, n. 12, p. 30–36, fev. 2000.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 233–235, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000100014>. Acesso em: 03 mar. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, jul. 1991.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1999.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Edição de Michael Schröter. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos: seguido de Envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira; revisão de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

MINOIS, Georges. **História da velhice no Ocidente: da Antiguidade ao Renascimento**. Lisboa: Teorema, 1989.

MOTTA, Alda Britto da. **A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 25, n. 2, p. 225–250, maio/ago. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 03 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030)**. Nova York: ONU, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/decade-of-healthy-ageing-plan-of-action>. Acesso em: 03 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Decade of healthy ageing**: baseline report. Geneva: World Health Organization, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240017900>. Acesso em: 03 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Global report on ageism**. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240020504>. Acesso em: 03 mar. 2026.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. v. 1. Campinas: Papirus, 2010.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. **Mulher idosa**: a feminização da velhice. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002.

SIQUEIRA, Renata Lopes de; BOTELHO, Maria Izabel Vieira; COELHO, France Maria Gontijo. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 899–906, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8VfxfX8XfX8XfX8XfX8XfX8/>. Acesso em: 3 mar. 2026.

SONTAG, Susan. **The double standard of aging.** The Saturday Review, New York, 23 set. 1972, p. 29-38.

THOMPSON, Edward Palmer. **Time, work-discipline, and industrial capitalism.** Past & Present, n. 38, p. 56-97, 1967.

TWIGG, Julia. **Fashion and age:** dress, the body and later life. London: Bloomsbury Academic, 2013.